

## PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Impugnante: PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0007-66.

Impugnado: 5ª Superintendência Regional da CODEVASF – Alagoas, edital nº 10/2022, especificamente, o subitem 3.5.1.5 do Edital e os subitens 6.5, 3.1.25, 5.3.17, 6.2, 6.3.1 do Termo de Referência.

Fundamento: Decretos 10.024/2019 e 10.030/2019 e Portaria 3.233/2012/DPF.

Nesta oportunidade este Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio recebe, analisa e julga o pedido de impugnação dirigido contra o edital supramencionado, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância armada e segurança patrimonial, na sede e em unidades descentralizadas da 5ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, em Penedo, Porto Real do Colégio e Maceió, no estado de Alagoas.

### 1. Síntese da impugnação.

A impugnante apresenta seus argumentos em laborioso instrumento, cujo teor em essência pode ser, para melhor compreensão, assim disposto:

#### a) 3.5.1.5 do Edital e 6.5 do Termo de Referência. Requisito:

Certificado de Registro emitido pelo Exército Brasileiro para utilização de PCE – Produto controlado pelo Comando do Exército, conforme determina a Portaria nº 56- COLOG, de 05 de junho de 2017.

Alega a impugnante que a citada portaria tem como fundamento o previsto no Decreto nº 3.665 de 20 de junho de 2000, sendo que este decreto fora revogado pelo Decreto 10.030 de 30 de setembro de 2019. Este último em vigor aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

O Decreto 10.030 de 30 de setembro de 2019, nos seus Artigos 77, 78 e 83 § 2º, delega as atribuições de autorização para aquisição, dotação e tráfego de Produtos Controlados das empresas de segurança privada ao Departamento de Polícia Federal.

A impugnante, com fulcro nos citados artigos do Decreto 10.030/2019 assevera que o **Alvará de Funcionamento Válido** emitido pelo Departamento de

Polícia Federal, é o documento hábil para a comprovação de que a empresa tem autorização para adquirir, transportar e armazenar produtos controlados.

No Mérito

A princípio, cabe ressaltar, que, na condição de empresa estatal, a Codevasf desenvolve suas atribuições legais sob a égide da Lei nº 13.303/2016, não cabendo obediência à Lei nº 8.666/1993 no presente contexto.

**REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS (ANEXO I DO DEC 10.030 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019)**

Art. 77. A aquisição de PCE por empresa de segurança privada será autorizada pela Polícia Federal.

Art. 78. Caberá à Polícia Federal definir a dotação de PCE das empresas de segurança privada, justificadas a sua necessidade e a sua conveniência, e encaminhá-la ao Comando do Exército para aprovação.

Art. 83. O tráfego de PCE no território nacional seguirá as normas editadas pelo Comando do Exército no que concerne ao controle de PCE.

§ 2º O tráfego de PCE das empresas de segurança privada e transporte de valores seguirá as normas editadas pela Polícia Federal.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000;

II – [...];

III - [...].

*Diante dos argumentos da impugnante, observa-se, após o estudo das normas indicadas, a necessidade de reconhecer a pertinência do pedido e concluir que o Alvará de Autorização Válido é o documento adequado para substituir o Certificado de Registro no Comando do Exército exigido nos subitens impugnados do edital e do Termo de Referência. Por se tratar de documento preexistente, tendo em vista sua necessária concessão para o funcionamento da pessoa jurídica, a exigência não altera as condições para a formulação da proposta. Em outras palavras, a modificação a ser imprimida, inquestionavelmente não afeta a formulação das propostas a serem apresentadas pelos potenciais licitantes.*

## b) 3.1.25 e 5.317 do Termo de Referência. Requisito:

Controle de entrada e saída de materiais e equipamentos, informando à Administração quaisquer ocorrências em desacordo.

Alega a impugnante que a exigência não se encontra exatamente entre as atribuições do profissional de vigilância, o que cita a definição das atividades atribuídas à “vigilância patrimonial”, segundo a Portaria/DPF nº 3233/2012/DPF, como sendo: “atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a **integridade do patrimônio**”. (GRIFEI).

A citação alude à garantia da integridade do patrimônio, que na dita Portaria configura um gênero que abrange várias modalidades/espécies de atividades de segurança pessoal e/ou patrimonial.

O controle de entrada e saída de materiais e equipamentos (espécie) é mecanismo essencial para a consecução/garantia da integridade referenciada.

Reforça esse entendimento o fato de que o controle, nas instalações da Codevasf – Alagoas, atualmente é feito pela impugnante, que é a atual contratada, não tendo apresentado, até o momento, qualquer dificuldade à execução desta atividade.

Embora não tenha servido de base para a instrução do processo da licitação em pauta, mas por guardar correlação com o tema, aluda-se a tal atividade como integrante dos serviços de vigilância no respectivo caderno técnico.

Além de previsão normativa, a exigência é necessária para a segurança da Codevasf.

## c) 6.2 do Termo de Referência. Requisito:

Autorização vigente do Departamento de Polícia Federal - DPF para prestar serviços de vigilância, de acordo com a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e atualizações posteriores, para fins de qualificação. As autorizações específicas para Penedo, Porto Real do Colégio e Maceió / Alagoas, onde serão executados os serviços de vigilância, serão exigidos apenas para a execução do contrato. Devendo-se apresentar o protocolo de solicitação em até 5 dias úteis da assinatura do contrato.

Alega a impugnante que só se exige a autorização da Polícia Federal por unidade da federação, e não por municípios, citando, nesse sentido, o Art. 13, §4º, da Portaria/DPF nº 3233/2012.

O argumento da impugnante, do ponto de vista legal, tem pertinência, contudo, do ponto de vista fático, não altera a realidade, uma vez que o documento pré-existente, de abrangência estadual, já atende plenamente a exigência.

Por se tratar de documento já emitido, não requer esforço extraordinário por parte das licitantes para atender o edital, não cabendo alegar restrição ao caráter competitivo.

d) 6.3.1 do Termo de Referência. Requisito:

Caso a Licitante não possua instalações físicas no Estado onde prestará o serviço, deverá apresentar declaração de que instalará o escritório em local (cidade/município), a ser definido pela Codevasf no momento da assinatura do contrato. Para fins de regularidade, o certificado deverá ser apresentado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

Alega a impugnante que é ilegal a exigência de instalações físicas/escritório no Estado onde prestará o serviço.

O Mandado de Segurança (MS) apresentado como paradigma para impugnar o item 6.3.1 do Termo de Referência da Codevasf não guarda identidade suficiente para atender ao pedido da impugnante. Senão vejamos:

A Codevasf, por conveniência administrativa, requer a instalação de 01 escritório no estado, para atendimento, com pontualidade, às demandas diversas que sejam necessárias para o bom andamento das ações objeto do futuro contrato, além daquelas porventura exigidas em casos que fujam ao alcance dos partícipes do instrumento.

Em hipótese alguma se coloca como imprescindível uma estrutura como a mencionada no referido MS, mas sim, para fins de prestação dos serviços que, essenciais por sua natureza, o que implica em sua continuidade, requer um arcabouço técnico/operacional (entrega de materiais/uniformes, vistoria de

equipamentos etc) que, de outro modo (com estruturas geograficamente remotas), seria atendido intempestiva e/ou precariamente. Ressaltando, que para atendimento a essas demandas, há prazos contratuais/convecionais.

e) 14.15. do Termo de Referência. Requisito:

Substituir, no prazo de 1 (uma) hora, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato.

Alega a impugnante que o prazo exigido de uma hora é, na prática, impossível se a empresa não tiver base operacional em todas as cidades onde serão executados os serviços (que é o caso de todas as concorrentes do mercado). De tal modo, tal exigência foge à razoabilidade e ao bom-senso, inclusive expondo a contratada a uma série de sanções por inexecução contratual, motivo pelo qual deve ser excluída do edital.

O dispositivo de prazo para cobertura de posto não guarnecido não pode ser excluído. Senão vejamos:

i) Por se tratar de área premente, a exigência se fundamenta na necessidade da Codevasf de solucionar possíveis eventos futuros e incertos que possam afetar a integridade material e pessoal da instituição.

ii) A futura contratada deve, de acordo com sua política administrativa, criar mecanismos para atender a demanda que, porventura, ocorra no curso de execução do contrato, uma vez que existe previsão/cobertura orçamentária para tal, na planilha de custos, ressaltando que, nesses casos, a contratada poderá, dentro das limitações da situação, devidamente justificadas, comunicar a situação atípica à fiscalização do contrato.

É importante ressaltar que a exigência remete a situação excepcional na execução do contrato.

2. Decisão

Por todo o exposto, este Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e de seus anexos, recebe e processa a presente impugnação do edital ora debatido, em razão da tempestividade e legitimidade da impugnante para, no mérito:

- a) Reconhecer a pertinência dos requerimentos/pedidos alusivos aos subitens debatidos e julgados no item 01, alíneas “a” e “c”, os quais, inclusive, poderiam ter sido objeto de pedido de esclarecimento.
- b) Julgar improcedentes e, portanto, negar provimento quanto aos pedidos/requerimentos alusivos aos subitens debatidos e julgados no item 01, alíneas “b”, “d” e “e”;

O reconhecimento da pertinência dos pedidos/requerimentos alusivos aos subitens debatidos e julgados no item 01, alíneas “a” e “c” se consubstanciará com a publicação de **aviso de ajuste** no edital, na plataforma gov.br/compras e no site da Codevasf, sem modificar a data da sessão pública do pregão, considerando que as modificações não afetam a capacidade de formulação de propostas por parte dos licitantes, consoante fundamentos já expostos.

Como é de praxe nesta empresa, submete-se este julgamento à apreciação da Assessoria Jurídica da 5ª/SR e, em seguida, a homologação por parte do Superintendente Regional.

Penedo/AL, 24 de outubro de 2022.

**Elias Kleiton Santos Oliveira**  
**Pregoeiro**  
**PE Edital nº 10/2022 – 5ª SR**